

Arquitetura da liberdade: A experiência do comum

Marcella Arruda^a

Resumo

O presente trabalho especula a forma como o arquiteto pode participar da retomada do espaço público, projetando um espaço livre, aberto a significações, em constante transformação a partir dos atores que dele se apropriam. O recorte foi o baixo do viaduto Júlio de Mesquita Filho, em São Paulo: um terreno vago, resultante do urbanismo rodoviário e abandonado pela cidade formal. A partir da prática projetual tática, na relação com os atores e pautada pela reflexão-em-ação, o projeto buscou responder ao que seria uma arquitetura da liberdade e qual o papel do urbanista diante da construção da mínima infra-estrutura para emergir o espontâneo.

Palavras-Chave

Comum, Vazios urbanos, Afeto, Liberdade

Abstract

The present work speculates on the way that the architect can participate on the reclaim of public space, projecting a free space, open to meanings, in constant transformation through the actors that appropriate of it. The framework was the underpass of Julio de Mesquita Filho, in São Paulo: a terrain vague, resulting of the car-oriented urbanism and forgotten by the formal city. Through the tactical project practice, in relation to the actors and oriented by the reflection-in-action, the project aimed to answer to what would be a freedom architecture and what is the role of the urbanist in the construction of the minimal infra-structure from which emerges the spontaneous.

Keywords

Common, Terrain vagues, Affect, Freedom

Introdução

Assim como a arquitetura da liberdade, este trabalho busca abrir um espaço a ser ativado e preenchido por significações e subjetividades múltiplas. Apresenta-se como um ensaio: um suporte para outras reflexões, uma estrutura que se transforma a cada leitura, um texto-convite à sua apropriação e ressignificação. “O ensaio não esgota totalmente o conhecimento de seu objeto nem o cria a partir do nada, mas o faz aparecer por um ângulo novo ou instigante” (Duarte, 2016, s.p.), cuja indeterminação instiga um imaginário porvir.

Durante a minha trajetória de aprendizagem do campo e linguagem da arquitetura e urbanismo, não me interessei em criar novas coisas, mas sim descobrir novas relações entre as coisas que já existem. E neste trabalho não foi diferente: partir do espaço real, existente, seus elementos e fluxos, para imaginar relações distintas e intensidades que existem em potencial. O processo se desenrolou a partir de ensaios de formas livres de se relacionar com o corpo e a cidade, decodi-

ficando-as para extrair um novo território - no entanto, mantendo seus limites. E é dentro deste contexto de limites, ambiguidades e indefinição que este trabalho se situa.

Para experienciar um espaço livre, é necessário que não haja regras e limites rígidos, e formas de controle pré-estabelecidos; mas sim um campo indeterminado, com uma estrutura mínima aberta para apropriações múltiplas. É necessária uma arquitetura aberta para a transformação e para o movimento: que a própria estrutura seja mutável ou então que dentro de seus limites possam haver dispositivos que permanentemente redefinam o conteúdo do entre.

A arquitetura da liberdade só existe na ambiguidade: é o paradoxo, o um e o muitos, o lugar de encontro entre o estabelecimento de limites (que controlam, definem e repetem) e a quebra deles (o indeterminado, o espontâneo, o inesperado, o livre) (Santi, 2010). Libertar o usuário do espaço de um comportamento de mera repetição: fomentar um comportamento livre (portanto, autônomo, participante, co-responsável) e os

^a Arquiteta e urbanista formada pela Escola da Cidade - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Pesquisa desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso em 2016. Email: marcella_arruda@hotmail.com

agenciamentos decorrentes desta ativação. Presupõe, assim, diálogo e relação: a experiência do comum se mostra como uma forma de construção dessa arquitetura, dos agenciamentos entre singularidades. Além de um espaço físico vazio, aberto a apropriações coletivas, é fundamental que se construa um imaginário, subjetivo, espaço simbólico-psíquico de pertencimento, de identificação, de reconhecimento e autonomia.

Para que de facto se sustente esse espaço de liberdade, é preciso que nenhum ator ou lógica de operação tenha maior peso do que as demais, se imponha sobre as demais, se fixe em lugar de dominância: é por excelência um espaço de equilíbrio dinâmico, território fluido, feito e refeito a partir de negociações e agenciamentos constantes, da oscilação entre padrões de comportamento; no qual valores como heterogeneidade, mistura e diversidade são cultivados (o contrário do que normalmente vemos no status quo: da monocultura, homogeneidade, hierarquia, controle, regras definidas a priori das situações).

Uma “situação efetiva de abertura da discussão” (Negri, 2005), dando voz a grupos que de outra forma seriam mantidos invisíveis, e na qual as formas de operar se fazem enquanto se opera. Tal metodologia constitui uma maneira de pensar o urbanismo a partir da tática (Certeau, 1994). Discute-se assim a construção de uma arquitetura que não trabalha a partir da matéria perene somente (constituída pela mínima infraestrutura para fomentar tais usos), mas das forças e movimentos que o qualificam como espaço imantado (Pape, 1968), como vazio magnetizado - ativado por elementos, dispositivos, corpos e práticas diversas em tensão permanente. A partir da presença e da vivência do espaço, compreender a complexidade de fluxos que nele operam e redinamizá-los, propor novos elementos e, portanto, outros movimentos - em um constante rearranjo da maneira como o espaço opera a partir do corpo e do afeto.

“A propriedade comum não passa simplesmente pelo Estado, passa pelo exercício que as singularidades fazem desse espaço comum, pela maneira de exercer esse espaço comum. (...) O comum é sempre construído por um reconhecimento do outro, por uma relação com o outro que se desenvolve nessa realidade.” (Negri, 2005, p. 6)

A partir dessa relação se constrói um significado compartilhado; afeto. Uma gestão compartilhada baseada no convívio cotidiano, no fortalecimento de vínculos; e uma atuação baseada na integração, inclusão, relação com as pré-existências, que se manifesta através de uma

reflexão em ação. Praticar democracia na contemporaneidade seria talvez retomar o conceito da ágora: espaço vazio onde há encontro entre corpos dispostos a redefinir seus limites pessoais e negociar constantemente o espaço comum. E depois de retomado, proteger este espaço dos valores e lógicas da cidade neo-liberal: território político fluido, um lugar praticado em permanente transformação, feito e refeito a cada relação, no qual as pessoas participam do desenho e da gestão cotidiana do espaço; onde há garantia do direito à cidade a todos e todas.

Diante de uma conjuntura de crise política, falta de reconhecimento, ineficácia do sistema de representatividade e esvaziamento do real significado de democracia, emerge de maneira sincrônica um desejo por participação dos processos de construção e gestão dos espaços públicos. Uma busca pelo direito que “não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente” (Harvey, 2011). A relação com a esfera pública no Brasil, com dificuldades enraizadas social e culturalmente, de alguns anos para cá vem se transformando; a noção de ágora passa a fazer sentido.

O recorte escolhido para investigar essas questões foi o baixio do viaduto Júlio de Mesquita Filho, na altura da Rua Major Diogo, no Bixiga, centro de São Paulo. Por muitos anos, o espaço permaneceu esquecido pela cidade formal, no entanto, historicamente passou por um processo de disputa de imaginário e apropriação - sutil, porém existente. Um intervalo - no tempo e no espaço, o baixio se configura como uma área de imprevisibilidade, sem funções determinadas - afinal, nasceu como resto, sem um propósito. Espaço não produtivo, que escapa do funcionamento e do controle da cidade-global, operando sob outras lógicas - e apropriado por atores que se favorecem dessas condições. Por essas razões, o Baixio *Libertas* se mostrou como o espaço ideal para estudar na prática a “arquitetura da liberdade e a experiência do comum”: um vazio, entre espaço em suspensão. Um território em diálogo constante entre diferentes atores e desejos, aberto, sem protocolo de controle das relações que o habitam. Um lugar de equilíbrio dinâmico, de sustentação da tensão criativa entre diferentes, que integra em movimento o que está separado.

Inserido no contexto do bairro do Bixiga, o viaduto rompeu seu tecido urbano e social: bairro que foi habitado na sua origem pelo quilombo Saracura (que deixou vestígios na presença da escola de samba Vai-vai e na vivência do corpo na rua), recebeu um grande número de imigran-

tes italianos, hospeda muitos grupos teatrais e atores culturais, e teve muitos de seus casarões transformados em cortiços. Esse contexto de pulsação de vida cultural e de rua não se refletia na ocupação do Baixio - espaço culturalmente desvalorizado, caracterizado pela precariedade e “informalidade”, habitado majoritariamente por moradores em situação de rua.

Em um determinado momento, o espaço, antes esquecido e invisível, passou a ser enxergado e disputado pela cidade formal. Foi lançado um Edital pela Subprefeitura da Sé em dezembro de 2015 que previa o desenvolvimento de projetos de parceria público-privada de duração de 10 anos para a requalificação urbanística e paisagística de uma área de 11,5 mil m² embaixo do viaduto. As propostas avaliadas deveriam compreender “o desenvolvimento de atividades de conveniência cotidiana, social, cultural ou educacionais.” Conveniência ou convivência?

Atuando a partir de um protocolo muito recorrente na reativação e revalorização de áreas urbanas pelo poder público, que terceiriza ao capital a gestão desses espaços da cidade, privatizando-as, criando usos exclusivos e gentrificando a região, o edital propunha repetir uma atuação histórica: o ato de passar a tabula rasa, de ignorar os usos e atores antes presentes no lugar, trazer o novo. E para além disso, abrir as portas para a especulação imobiliária, deixando de garantir a função social deste espaço, originariamente público. Após nenhuma inscrição e forte pressão dos atores da sociedade civil organizada, houve o cancelamento do edital.

O que se coloca em questão não é a requalificação urbanística e paisagística do espaço, porém os processos pelos quais essa transformação pode se dar. É fundamental ir além do modelo de delegar a gestão do espaço público a uma empresa privada para sua exploração comercial. Porém, quais os desafios de transformar e gerir tal espaço de maneira participativa, compartilhada entre diversos atores? Neste processo, os questionamentos se deram com relação à maneiras de propor uma transformação do espaço que incluísse aqueles que já o habitam, mas também abrisse a outros atores e públicos, democratizando o Baixio.

Ao longo da pesquisa, foi investigado como o conceito de liberdade se manifesta no Baixio *Libertas*, quais as ferramentas para instigar outras apropriações e como criar um sistema flexível que possibilite a existência de uma arquitetura da liberdade - conteúdo organizado em três capítulos. Para explorar tais questões, colocamos nossos corpos disponíveis para experienciar es-



Imagem 1 - Vão livre do baixio do viaduto Júlio de Mesquita Filho, com a presença das infra-estruturas de morar

Fonte: autor

Imagem 2 - Baixio libertas (viaduto Júlio de Mesquita), antes da derrubada dos muros

Fonte: autor

ses enfrentamentos, nos colocando como mais um agente que negocia o espaço, interpretando-o a partir dos afetos - mas que também busca proteger o que é comum.

O primeiro capítulo “O Pensamento da Arquitetura da Liberdade” realiza uma revisão teórica do tema abordado, inserindo a pesquisa no contexto geral do pensamento da arquitetura e trazendo a relevância e atualidade do tema diante da discussão da arquitetura e urbanismo contemporâneos. Para que o estudo sobre o comportamento e espaço livre seja desenvolvido de maneira ampla, porém igualmente aprofundada, foram criadas relações no campo expandido da arquitetura e urbanismo, mobilizando noções como *terrain vague* de Solá Morales, *apropriação* de Guilherme Wisnik, *comportamento livre* de Hélio Oiticica, *arquitetura-suporte* de Igor Guatelli, e a idéia de *liberdade* materializada nos projetos de Lina Bo Bardi.

O capítulo intitulado “A Experiência do Comum: tática como estratégia projetual” aborda a metodologia de pesquisa, relatando um panorama do processo e detalhando os procedimentos adotados em campo, os recursos mobilizados, instrumentos e métodos de atuação - pautados

na noção de *tática* de Michel de Certeau e do *comum* de Antonio Negri. O projeto de pesquisa foi realizado dentro do contexto acadêmico: um trabalho de conclusão de curso em grupo, que engajou 6 outros estudantes de demais anos da Escola da Cidade. O método de trabalho foi uma proposição de vivência dos estudantes da práxis: um processo de investigação que dialoga com Situated Design e Permaculture Design. O capítulo é dividido em 3 aspectos norteadores da abordagem, complementares e simultâneos: reconhecimento das pré-existências, existência do grupo como ator do espaço, e coexistência cotidiana com os demais atores do lugar.

Por fim, o capítulo “Considerações Finais: (r) existências” apresenta as considerações finais do processo de pesquisa, as reflexões realizadas, as dificuldades encontradas no processo de investigação e os possíveis desdobramentos - no âmbito do ensino e prática de arquitetura e urbanismo, das estratégias de retomada dos espaços públicos e da construção do comum na contemporaneidade. Busca-se contribuir para alimentar outras perspectivas teóricas em torno da coprodução da cidade, se aproximando dos desafios presentes em processos participativos de ativação de espaços públicos - e sua decorrente gestão. As reflexões são trazidas como uma abertura da discussão, uma provocação para significar outros espaços e relações. O estudo do comum é então visto como uma estratégia fundamental para fornecer táticas, procedimentos e abordagens possíveis para uma leitura crítica e propositiva acerca da construção de espaços comuns e democráticos.

O pensamento da arquitetura da liberdade

No presente capítulo, realiza-se um aprofundamento crítico sobre a forma como a arquitetura foi historicamente estruturada enquanto disciplina, no sentido de descortinar possíveis referências para projetos abertos, que possibilitem a mudança e instiguem a apropriação e comportamento livre de seus usuários. Diante da concepção da arquitetura como sendo pautada pela organização, codificação, controle e determinação do espaço, exercitou-se pensar uma arquitetura que descondiciona - um suporte para usos espontâneos diversos, uma estrutura para possibilitar variações múltiplas. Desenhar o vazio, de forma a deixar emergir o indefinido, a imprevisibilidade. Aqui são estudadas abordagens e matrizes que abrem espaço para a diferença,

o outro, a participação, ao sujeito, contexto ao espontâneo (que surge do momento, do uso e ativação do espaço). Reflexões de uma outra arquitetura que buscam servir de contribuição acadêmica e profissional: formas de investigar, praticar e aprender projeto na contemporaneidade.

É possível dizer que a investigação do que constitui uma arquitetura de liberdade tem sido uma linha dentro do campo expandido da arquitetura e urbanismo desde 1947, com a construção do MASP da arquiteta Lina Bo Bardi, que a partir do desenho do cheio, cria o vazio para ser apropriado, como lugar ativado por situações. *“I would like people in general, and not only architects, to understand that architecture is not only what it looks like, but also what happens in it”* (Tschumi, 1980, s.p.). Tal abordagem focada no uso e ativação de estruturas é aprofundada nos anos 60 com os experimentos em participação no fazer artístico de Hélio Oiticica (“o comportamento, eis o que me interessa, como alcançá-lo a máxima liberdade”), Lygia Clark, Lygia Pape; e materializado na cidadela da liberdade (Fábrica do SESC Pompéia) em 1977.

Conforme Argan, em *História na Metodologia de Projeto* (1992, p. 02), o ato de projetar é, em uma primeira camada, a análise crítica do existente. O ato de projetar como atribuir valor ao que já existe: reconhecer o presente histórico e atuar a partir de um restauro crítico, como “uma capacidade de entender historicamente o passado, saber distinguir o que irá servir para novas situações de hoje que se apresentam a vocês [...] Na prática, não existe o passado, o que existe é o presente histórico” (Lina Bo Bardi apud Miranda, 1999, s.p.). No projeto do SESC Pompéia, ao manter grande parte da estrutura do galpão industrial existente, Lina aponta para uma possibilidade de atuação do arquiteto na contemporaneidade: fazer uso da apropriação, manobra do campo da arte (Wisnik, 2016), descobrir, imaginar e materializar novas relações e significados daquilo que existe. É lançada então uma provocação: o arquiteto que não mais projeta o espaço construído (cheio), mas constrói vazios, como aponta o depoimento de Lina sobre a visita de John Cage ao MASP:

“É a arquitetura da liberdade!”. Acostumada aos elogios pelo “maior vão livre do mundo, com carga permanente, coberto em plano”, achei que o julgamento do grande artista talvez estivesse conseguindo comunicar aquilo que queria dizer quando projetei o Masp: o museu era um “nada”, uma procura da liberdade, a eliminação de obstáculos, a capacidade de ser livre perante as coisas.” (Bardi, 2009, s.p.)

A transformação, pós ocupação e a apropriação dos usuários são parte do projeto - como um processo, algo que se faz no tempo. No entanto, o que se propõe aqui, vai além de construir o cheio que evidencia o vazio, mas sim reconhecer o vazio como espaço potencial na cidade existente. Um enfrentamento com o existente: transformar resíduo em potencial, tabu em totem. Não exercer um posicionamento modernista e utópico a partir da tabula rasa, do papel em branco, mas investir no direito de inventar uma nova cidade a partir do real - e através desse gesto projetual, construir uma cidade onde o espontâneo e a indeterminação possam existir.

O contexto escolhido para evidenciar tal questão é uma situação recorrente na cidade contemporânea: os baixios de viaduto, espaços residuais gerados pelas infra-estruturas rodoviaristas. Estes vazios, espaços-entre, surgem como espaço sem fim, e portanto, completamente livres. *“Where there is nothing, everything is possible (...) the void has the meaning of a mutable stage of human life”* (Koolhaas, 1985, s.p.). O vazio na cidade contemporânea é traduzido no conceito de *terrain vagues* (Sola-Morales, 1995): territórios de incerteza e indefinição, de movimento e oscilação constantes; vazios, porém expectantes - com potencial latente. Espaços esquecidos pelos circuitos de eficiência e estruturas produtivas da cidade global, porém promessas de outros mundos possíveis.

Desenha-se ao longo do processo de pesquisa uma arquitetura do vazio: flexível, que possibilita diversos desdobramentos, significações, modos de usar e se apropriar, em transformação

por diferentes atores ao longo do tempo - um suporte potencializador de comportamentos livres e criativos. “É o imutável que cria condições para a transformação, é o permanente que liberta o temporário, como diz Bernard Leupen. E é a soma entre esse suporte que pode ser inventado pelo(a) arquiteto(a) e os diversos momentos de sua existência, distante das mãos de quem o concebeu, o que constitui a potência de uma arquitetura da liberdade” (Maciel, 2015, s.p.). Admite-se a ambiguidade e a possibilidade do contra-dizer do uso imaginado e do que emerge. Uma arquitetura sem fim: sem utilidade pré-determinada e que nunca está acabada, pois se dá em experiência. Uma arquitetura do porvir.

Pensar uma arquitetura que não é de propriedades, mas de capacidades; como um acontecer. A noção de arquitetura-suporte: espaço que existe na medida em que é ativado, coexiste com as práticas que o caracteriza. Qualificar o espaço entre, de maneira a unir os planos horizontais que lá estão e criar um vazio magnetizado: “no vazio livre, temos um vazio impregnado de possibilidades ao ser humano: o ócio, o lúdico, o afeto” (Perrotta-Bosch, 2013), espaço imantado (Pape, 1968), definido por intervenções sutis com elementos que incitem outras práticas e deem suporte a elas. Buscou-se então trabalhar com uma estrutura mínima que possibilitasse movimento e transformação ao longo do tempo: com baixa codificação, aberta, que possa ser praticada de diversas formas. Um projeto que cria condições para que se dê um lugar praticado (Certeau, 1994), maleável programaticamente, que coloca limites para serem esgarçados; não define e impõe um padrão de comportamento, mas convida a múltiplas apropriações, oferecendo a cada percepção um percurso possível. Uma estrutura que, juntamente com as práticas realizadas ao longo do processo de pesquisa descritos no capítulo seguinte, instiga o surgimento de um espaço libertário, democrático e inclusivo.

A experiência do comum: tática como estratégia projetual

Em uma sociedade em que os limites não são negociados, mas sim estabelecidos; onde as narrativas dominantes são do funcionalismo, eficiência, disciplina e controle; onde não há flexibilidade, relação, empatia, mas sim uma cultura da privatização, individualização e competição, é preciso, além de construir espaços, instigar outros comportamentos para criar uma arquitetura de fato livre. Neste caminho, práticas alternativas

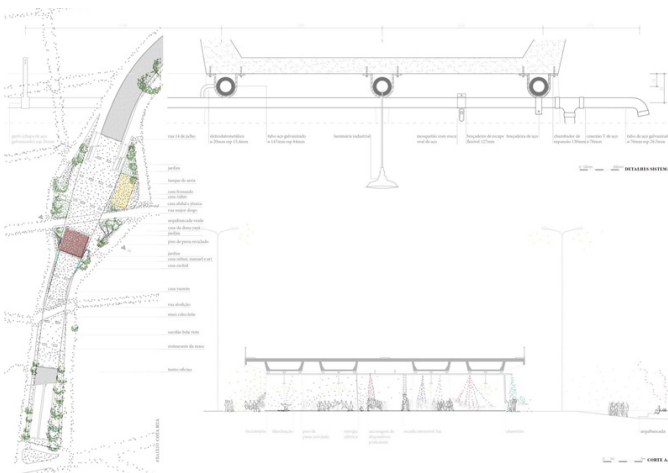


Imagem 3 - Projeto de infraestrutura mínima para fomentar uma arquitetura da liberdade

Fonte: autor

de retomada do espaço público vem instigando a retomada dessa noção de “público” desde a crise econômica de 2011, pautadas no uso como proposição. Práticas micro de arquitetura efêmera, centros sociais autogeridos, urbanismo tático e iniciativas bottom up propõe uma transformação cultural a partir de valores como cidadania ativa, autonomia, cooperação e cuidado - fomentando assim a constituição do comum. *“Restituir à base da cultura, quer dizer à vida quotidiana dos homens, a consciência da força enorme da qual é dotada a vida mesma significa redistribuir essa força ao uso. Tal como por Lina Bo Bardi, também por Hélio Oiticica a tarefa do artista não consiste em criar objectos ou imagens fixas, mas de propor practicas, de sugerir «usos possíveis dos espaços criados, deixando-os abertos a todas as propostas por parte dos utilizadores ou, simplesmente, dos passantes. Espera do público performances, deixa espaços vazios para que elas aconteçam”* (Martucci, 2009, s.p.).

Para além do projeto dessa arquitetura de suporte, a pesquisa percorreu um caminho de vivência cotidiana do espaço e proposição de práticas ativadoras que instigassem o imaginário do lugar, fazendo uso de táticas de dinamização e magnetização do vazio. Uma metodologia de reflexão em ação: estar no espaço e agir em resposta a ele, deixando-se atravessar por afetos. Uma prática projetual inspirada nos princípios do Permaculture Design e na metodologia do Situated Design, que simultaneamente reconhece os elementos pré-existentes, propõe uma existência no espaço através do corpo e coexiste no tempo com os atores, criando um lugar praticado (Certeau, 1994). *“Improvisar é seguir os modos do mundo à medida que eles se desenrolam, e não conectar, em retrospecto, uma série de pontos já percorridos.”* (Ingold, 2012, s.p.)

Pré-existências: lugar

A primeira etapa da metodologia criada foi perceber e reconhecer as pré-existências, para então dialogar com elas e recompô-las, de maneira a gerar outros imaginários e narrativas. Habitando o espaço cotidianamente, foi possível perceber os fluxos, forças e desejos se manifestando através de demarcações no território, elementos materiais que materializam limites e estabelecem novos espaços. Dessa forma, percebemos a necessidade de um processo simultâneo, no qual nossa ação no território se dá de maneira tática, em resposta às dinâmicas pré-existentes. Perceber, reconhecer, se relacionar com os limites; e então tensioná-los.

“A tática é movimento. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende (...) Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. (...) sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz, como se fica no corpo a corpo, sem distância, comandada pelos acasos do tempo, a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder.” (Certeau, 1994, p. 100)

Propõe-se um fazer arquitetônico através de outras estratégias (no caso, táticas); metodologias e linguagens diferentes dos mecanismos de participação convencionais e do ensino de projeto que impera nas academias contemporâneas. A criação de situações dá-se como uma ferramenta projetual que alimenta outros imaginários para o espaço, instiga sua apropriação e a retomada de seu caráter público - envolvendo tentativas de mobilização, através de eventos temporários que recharacterizam o lugar. Fazer emergir a potência latente no espaço através de um corpo disponível e de uma escuta ativa: posição que oscila constantemente entre atenção e relação.

Existência: práticas

Através de práticas corporais coletivas realizadas semanalmente com o grupo de trabalho, foi aberto um espaço dentro do espaço e conquistada certa legitimidade e confiabilidade para ocupá-lo - através dos vínculos criados com os habitantes do lugar. Quando começaram as práticas no Baixio, este era um espaço de certa maneira estabelecido e homogêneo - havia uma predominância do uso de espaço para morar, aspeto que afastava demais usos. Apesar de outros grupos terem se apropriado do espaço nos últimos anos e estarem cultivando essa pluralidade (como o grupo Terreyro Coreográfico, que atua no espaço desde 2014), no momento em que o grupo se aproximou, estes não estavam mais usando-o com frequência. Colocamo-nos como mais um ator do espaço, dando continuidade a esse movimento de abertura, dinamizando-o: o lugar, seus movimentos e imaginários - criando um novo espaço dentro do espaço a partir da presença dos nossos corpos, e evidenciando seu caráter público. A fricção era evidente, e despertava curiosidade e outras possibilidades de relação com o espaço. Esse processo de reconhecimento do lugar: *“se debería convertir en una oportunidad tanto para la calidad de los resultados de investiga-*

ción como para el enriquecimiento de la propia reflexión, abriendo la puerta a un escenario de disolución de la dicotomía sujeto-objeto, al modo en que recientemente viene intentando la teoría no representacional – con aportaciones concretas para el caso de la geografía (Thrift, 2007) y los estudios urbanos– y la investigación performativa.” (Buitrago, 2010, s.p.)

As práticas poético-sensíveis de percepção do Baixio, instigavam um comportamento livre: um convite a biopotência, entendimento do corpo como auto produção, auto poiesis, potência de vida dentro de um sistema que o controla. Através de práticas coletivas de expressão corporal e exploração espacial, o corpo era convidado a se expressar como potencialidade criadora de diferença de transformação. As situações sugeriam outros usos possíveis, abertos a interação dos passantes; e foi através do movimento dos nossos corpos no espaço que tensionamos os limites estabelecidos, mapeando e questionando os espaços de repulsão e atração dos corpos.

Coexistência: lugar praticado

“Architecture means to visualize the genius loci and the task of the architect is to create meaningful places, whereby he helps man to dwell. (...) his existence depends on belonging to places.” (Norberg-Schulz, 1980, p.130) Buscamos explorar maneiras de criar experiências significativas, que produzam identificação e reconhecimento com o espaço e com a cidade e despertem um sentimento de pertencimento, que por sua vez se manifesta no cuidado com o lugar. Entende-se que para reclamar a esfera pública, não basta criar um espaço, mas também é preciso alimentar seu imaginário, seu caráter comum, através de elementos que produzam novas relações e afetos. Para isso, além das práticas corporais coletivas, realizamos no Baixio eventos, buscando nos aproximar dos atores do espaço (existentes e potenciais), articulando o tecido social rompido com a construção do viaduto e despertando as pessoas para as potências do espaço. Através de situações de caráter efêmero, buscamos engajar uma multiplicidade de atores para exercitar um espaço de coexistência e tolerância: os moradores do próprio Baixio, as crianças de escolas próximas, moradores e grupos culturais do bairro.

Para construir tal espaço heterogêneo e inclusivo, foi necessário o “redesenho das condições participativas no processo de formulação da vida pública” (Rena, 2015, p.168), baseado essencialmente nas relações cotidianas. Conhe-

cer as pessoas, inventar e sustentar certa intimidade (Dunker, 2016) - e agenciar tais públicos e limites do espaço *in situ* foram ferramentas de um urbanismo sutil e de uma prática de cuidado com o espaço e com o outro.

Através de uma postura aberta e corpos disponíveis para perceber e se relacionar com o outro, a membrana de relação tornou-se mais flexível e permeável, possibilitando a criação de um campo empático e de intimidade. A frequência de uso sustentou essa conexão, promovendo convivência e confiança, tecendo relações e tornando as negociações e agenciamentos mais flexíveis - ou pelo menos, mais sinceros e com maior possibilidade de diálogo por haver afeto. Além disso, percebemos que é fundamental a abordagem de chegar no lugar aberto, sem roteiro ou expectativa, para uma delimitação momentânea de um espaço para o encontro e para o inesperado, para as relações. A partir de um convite em uma linguagem acessível e de uma estética do familiar (falar a mesma língua), com elementos de um certo imaginário coletivo, com signos já assimilados, foi possível construir momentaneamente espaços de troca e de afeto. Pensando nisso, realizamos eventos como café da manhã, samba de roda, xadrez humano...

“The events were particularly successful in getting people to meet, overcome the stultifications of shyness, begin to listen to one another, and build and transmit excitement. (...) These events provided a space for a range of people from many different backgrounds to experience ‘being-in-common’ (Gibson-Graham, 2003, p.24)

Após 3 meses de vivência cotidiana no Baixio, outros atores passaram também a disputar o espaço, reorganizando seus fluxos e elementos. Depois de um processo gradual de abertura e aumento da permeabilidade do espaço, o lugar, que antes era ocupado majoritariamente por moradores de rua, carros estacionados, e por nós, em outubro passou a ser ocupado também por grupos de meninos e jovens que iam jogar futebol durante a semana, à noite e aos finais de semana - e demarcaram seu espaço pintando com tinta uma quadra no chão.

Tal acontecimento reafirmou uma sequência de ações que iniciou a experiência do comum no Baixio do Viaduto Júlio de Mesquita. Este novo uso respondeu aos nossos anseios de diversificar os usos do espaço, no entanto, aconteceu através de uma forma agressiva com as pré-existências do lugar - definindo limites rígidos e impondo demarcações através do poder. O espaço, que antes era de certa forma homogêneo, agora ha-

via sido dinamizado - os movimentos se transformaram, juntamente com os códigos e limites. No entanto, as custas do que? Expulsando os que lá viviam e ameaçando-os pelo bem do “coletivo”? Que coletivo é esse no qual se exclui o outro? Como demonstrar a necessidade de tolerância e respeito?

Diante disso, se tornou clara a necessidade de atuar de forma a demonstrar os limites para tal ocupação, dinamizar os fluxos do espaço, novamente na tentativa de negociar o espaço, buscar o equilíbrio - impedir sua privatização, fixação, definição. Através da nossa presença no espaço e da articulação com outros atores do bairro, reafirmamos a necessidade de coexistir no espaço. Em sequência, o grupo do Terreyro Coreográfico voltou a frequentar o espaço, desenvolvendo uma sequência de atividades e colocando-se como mais uma força de disputa do espaço.

Percebeu-se então que o espaço de participação e construção coletiva do Baixio não funciona através de canais formais e institucionalizados, porém, em embates *in situ*, corpo a corpo, atuando sobre o lugar em tempo real, simultaneamente a outros atores e forças. A gestão do espaço se dá de maneira autônoma, em escala micro, próxima da vida cotidiana, escapando de lógicas de controle e determinação que operam através do biopoder. A garantia da permanência e a apropriação do espaço se dá através da frequência, do cultivar, da presença, do habitar.

Após o processo de pesquisa, compreendeu-se que houve uma transformação significativa do imaginário e dos usos do Baixio: o objetivo de fertilizar o espaço, atraindo outros atores, foi de fato alcançado, estabelecendo no vazio um espaço imantado, caracterizado por relações democráticas - de conflito e afetos. O conhecimento e ação produzidos foram em direção a experimentar abordagens de reconhecimento do espaço e das relações que o habitam (e em potencial) e caracterizam, mas também métodos de agenciar tais singularidades. A noção de negociação neste espaço é levada ao extremo, onde o efêmero e o afeto têm papel fundamental.

Considerações finais: (r)existências

“Creio que devemos pensar a resistência em um sentido positivo, ou seja, como uma ação criativa, uma idéia emancipadora, questionadora, potencializadora de diferenças. (...) uma diferença profunda, conceitual, capaz de alterar ou expandir de maneira muito significativa nossa

compreensão sobre algo existente.” (Guatelli, 2008, s.p.)

“Acredita-se que tais práticas em escala micro, constituem, por si só, meios de resistência. São ações moleculares, que atuam nas frestas e interstícios do tecido urbano espetacularizado, mas que podem representar importantes pontos de partida para novos entendimentos do espaço enquanto corpo vivo a ser impresso e modificado pela ação humana de forma colaborativa e participativa, na constituição de ações micropolíticas que englobem o espaço urbano numa construção comum.” (Rena e Bruzzi, 2014, p.169)

Ao longo dos seis meses de pesquisa, foi feito do espaço do Baixio um laboratório: ensaio em processo, espaço de teste e investigação, tentativa e erro. Uma abordagem tática, de experimentar com o corpo, propor, e então entender o impacto e apropriação da ação: como o novo elemento ressoa no espaço e cria outras dinâmicas e relações. Sugere-se outra prática projetual; que aproxima pensar e agir; que percebe e transforma o espaço a partir de seu próprio corpo, mas que também busca criar algo comum, que acolha a multiplicidade de singularidades. Um projeto que dialoga essencialmente com as pré-existências: não constrói do terreno limpo, mas se apropria de *terrain vagues*, espaços residuais existentes, e os ressignifica a partir de intervenções pontuais (infra-estrutura mínima que qualifica o vazio).

Através da arquitetura da liberdade - do desenho da mínima infra-estrutura que possibilita diversas apropriações, e da sugestão de práticas e usos alternativos do espaço, admite-se a ambiguidade ao colocar-se como propositor-universal-comum e ator-sujeito; ao criar regras e propor comportamentos, mas também incitar a liberdade para subvertê-los. A contradição é visível no contraponto do desenho diante do lugar praticado independentemente. Busca-se uma maneira de agir mais inclusiva que trabalha com o programa, não determinando usos contínuos, porém múltiplos em diversos tempos com diversos públicos - abordagem que exige a vivência do espaço em momentos diferentes, e o agenciamento de seus elementos e atores.

Foi realizado um roteiro de perguntas que orientou o reconhecimento das pré-existências e das camadas a serem agenciadas: Quais as maneiras de se relacionar com as pessoas e com o espaço? O que pode e o que não pode em termos de comportamento? Qual o imaginário e as sensações que habitam esse espaço? Quais as memórias e o imaginário coletivo que o caracterizam? Qual a relação que as diferentes pessoas do

bairro têm com esse lugar? Quais os elementos materiais que definem limites e apropriações? Quais os territórios proibidos, limites e lógicas invisíveis? O que atrai e o que repele diferentes pessoas a usarem este espaço? Quais os interesses e desejos que as pessoas tem para esse espaço? Como cada um poderia se apropriar deste espaço (a partir do olhar de necessidades e potências)? Quais as singularidades que poderiam ser agenciadas? Como criar uma nova narrativa e significado para o espaço?

Aqui se desdobram algumas ferramentas que caracterizaram o conteúdo das ações, a partir de práticas comuns e comportamentos corriqueiros, mas que colaboraram para criar um campo de relação e magnetismo: pedir a vassoura emprestada para limpar o espaço antes de fazer a atividade no bar da esquina, dar bom dia e chamar passantes para a atividade, fazer um café da manhã na rua, investigar as memórias e o imaginário coletivo, fazer um samba, propor atividades lúdicas que instiguem a participação das crianças (que por sua vez, trazem os pais), realizar reuniões e articulação com instituições próximas, trazendo tais redes para também se apropriarem do espaço (escola, centros culturais), realizar um evento e envolver atores locais (pedir ajuda aos marceneiros e serralheiros para participar da construção da instalação, chamar comerciantes para vender seus produtos), realizar um encontro para reunir pessoas para pensar ações para o espaço, cobrar da prefeitura a zeladoria (limpeza, manutenção)...

A partir de tais experiências, percebeu-se que seria fundamental trabalhar com estratégias de comunicação e engajamento dos atores, dispositivos de atração e estabelecimento de vínculos, para criar novas apropriações, sentimento de pertencimento e cidadania ativa. Considerando que existem desejos e intenções individuais e coletivas, a articulação do tecido social para construção do comum se pautou a partir da relação afetiva cotidiana e de ações que instigaram sua aproximação, magnetizando o espaço. Reconheceu-se o afeto como projétil, imaginação de futuro que atravessa o espaço e o tempo, articulando pessoas em seu lançamento. Para além disso, a afirmação e comunicação do espaço como sendo vazio, livre e aberto a múltiplas apropriações, convida à aproximação de atores e usos diversos - no entanto, não garante essa avizinhação. Por isso, outra tática foi fazer uso de dispositivos ativadores, como música, comida, abrigo (atividades que se relacionam com práticas da cultura local); e o uso de uma linguagem acessível e estética do familiar, trabalhando com elementos que habitam

o imaginário coletivo, usando signos e símbolos já assimilados pelas pessoas deste contexto, atraindo-as para usar o espaço. Trabalhar com aquilo que é estranhamente familiar; traz para perto pela proximidade, mas cria dobras, curiosidade, estranhamento - leva a um outro lugar.

Por meio de tais atividades de relação e ativação do espaço, foram criadas memórias afetivas: momentos significativos, de criação de vínculos, que fomentaram identificação, reconhecimento e pertencimento com o lugar e as pessoas. A criação de intimidade, que se deu com a postura dos corpos - disponíveis, abertos para se relacionar com o diferente, com o outro, flexibilizou as relações, criando uma outra dinâmica de negociação do espaço e seus limites. Não se pode negar que espaços de participação, construção coletiva e tomada de decisões formais são importantes (inclusive, propusemos o Fogo do Conselho, encontro para reunir pessoas interessadas em participar do processo de gestão compartilhada do Baixio), porém, percebeu-se que as relações (informais) entre tais singularidades realizam de maneira muito mais efetiva essa construção. O convívio cotidiano entre as pessoas, que agora se conhecem e trocam de maneira direta, se mostrou como ferramenta fundamental de gestão e experiência do comum.

O processo de investigação passou por dificuldades relacionadas principalmente no engajamento dos moradores do bairro e outros atores, uma vez que foi necessário romper barreiras de preconceito culturais, desconstruindo narra-



Imagem 4 - Sarau do baixio: prática de ativação do espaço que evidenciou o vazio magnetizado, espaço entre imantado

Fonte: autor

tivas dominantes de marginalização da pobreza e da postura do cidadão como consumidor e não coprodutor da cidade. No entanto, a aproximação destes outros atores (como os treinadores de futebol) mostrou ser fundamental para fomentar dinâmicas de cooperação, troca e respeito pelo espaço do outro: a construção de práticas de liberdade, resistir ao discurso do ódio, da violência, competição e privatização.

Após a constituição desta zona autônoma temporária perguntou-se: como sustentar este movimento? É interessante perceber que, inclusive após a pesquisa ter terminado, em maio de 2017, foi realizada a primeira reunião institucional de moradores e atores do bairro para discutir a gestão do Baixo Libertas, com pessoas de iniciativas diversas (grupos artísticos, treinadores de futebol, músicos do maracatu, representante do jornal do bairro...). Durante a reunião, foi formado um grupo gestor diverso e plural, com corpos disponíveis e empáticos, reafirmando a dinamização e fertilização do espaço ao longo deste tempo de trabalho e desdobrando caminhos de continuidade deste movimento.

Considerando os enfrentamentos e experiências vividas durante o processo de pesquisa, concluiu-se que uma aproximação sensível do espaço e seus atores, e o uso cotidiano (práticas na escala micro) podem de fato contribuir para ativar espaços residuais na cidade contemporânea, respondendo a desafios da retomada do público e constituição do comum através de processos participativos e de gestão compartilhada destes espaços. Uma ferramenta possível para garantir coprodução da cidade, o direito à cidade e a proteção do comum - impedir que o espaço aberto e a relação entre as singularidades sejam definidos pelas formas de operar vigentes no resto da cidade neo-liberal.

Bibliografia

- Bardi, L. (2009), Uma aula de arquitetura, in Silvana Rubino e Marina Grinover (org.), *Lina por escrito*, São Paulo: Cosac Naify, 166.
- Britto, Fabiana Dultra, e Paola Berenstein Jacques, eds. (2010), *Corpocidade: debates, ações e articulações*.
- Buitrago, Á. (2010), Urbanismo, biopolítica, gubernamentalidad: vida y espacio en la renovación de los estudios urbanos, *Boletín CF+S*, 44, 41-49.
- Corsini, L. (2007), *Bipolítica, biopoder, e o deslocamento das multidões*, Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/10015-bio>

polit-ica-biopoder-e-o-deslocamento-das-multidoes-entrevis-ta-especial-com-leonora-corsini>

- Certeau, M. (1994), *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, Petrópolis, RJ: Vozes.
- De Oliveira, O. (2002), *Lina Bo Bardi: obra construída*, Gustavo Gili.
- Duarte, P. (2016), *O elogiável risco de escrever sem ter fim*, Folha de S.Paulo Ilustríssima.
- Dunker, C. (2016), *Vida pública, vias privadas e a erosão da intimidade*, CórteX, Disponível em: <<http://www.fluxo.net/tudo/2016/9/7/cortex7-christian-dunker>>
- Gibson-Graham, J. (2003), An ethics of the local, *Rethinking Marxism* 15.
- Guatelli, I. (2008), *Entrevista 035.01*, Vitruvius.
- Heidegger, M. (1971), *Building dwelling thinking*, Martin Heidegger, Poetry, Language.
- Ingold, T. (2012), Horizontes Antropológicos, *Porto Alegre*, ano 18, 37, jan./jun.
- Jacques, P. (2008), Corpografias urbanas. *Vitruvius*, Arqtextos 8, Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.093/165>
- Koolhaas, R. (1985), Le contexte, la splendeur terrifiante du XXe siècle. *L'architecture d'aujourd'hui*, April, 238.
- Maciel, C. (2015), *Muito além da sombra do viaduto*, Arq Futuro, Disponível em: <http://arqfuturo.com.br/frontend/home/post/1170>
- Martucci, E. (2009), *Um caminho de liberdade*. Docomomo, Disponível em: http://www.docomomobahia.org/linabobardi_50/7.pdf
- Miranda, D. (1999), *Cidadela da Liberdade*, INSTITUTO LINA BO E P. M. BARDI, São Paulo, 132.
- Negri, A. (2005), *A constituição do comum*, Conferência inaugural do II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo-economia do conhecimento e a constituição do comum, Tradução de Fabio Malini, Rio de Janeiro.
- NEXO Jornal, *Direito à cidade: um conceito para se pensar o Brasil hoje*, Podcast 41. 2016, Disponível em: <https://soundcloud.com/nexo-jornal/direito-a-cidade-um-conceito-para-se-pensar-o-brasil-hoje>
- Norberg-Schulz, C. (1980), *Genius loci: Towards a phenomenology of architecture*, Rizzoli.
- Oiticica, H. (1969), *The Senses Pointing s a New Transformation*, 0486.69, 4.
- Perrotta-Bosch, F. (2013), *A arquitetura dos intervalos*, Serrote #15, Disponível em: <http://www.revistaserrote.com.br/2013/12/a-arquitetura-dos-intervalos-por-francesco-perrotta-bosch/>

- Rena, N. (2015), *Processos criativos biopotentes constituindo novas possibilidades de constituição do comum no território urbano*, Lugar comum, Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/1426309376Revistacompletan.%C2%BA43.pdf

- Sperling, D. (2006), *Corpo + Arte = Arquitetura*, As proposições de Hélio Oiticica e Lygia Clark, Revista do Fórum Permanente.